

# “Questão política”: programas públicos e acusações entre mediadores

DOI

[http://dx.doi.org/10.11606/  
2179-0892.ra.2018.148953](http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.148953)

Monique Florencio de Aguiar

🏠 *Universidade Estadual Paulista | Marília, SP, Brasil*

✉ *monique\_aguiar@yahoo.com.br*

---

## RESUMO

O comando de programas públicos por mediadores políticos os dota de recursos que podem proporcionar proeminência política – como foi apontado na literatura. No entanto, busquei demonstrar, neste artigo, como seu controle também pode gerar desqualificações por possibilitar o lançamento de acusações como forma de regular os poderes políticos e solapar lideranças em evidência. Assim, procurei acompanhar como o embate político funcionava na execução de um programa público, retratando o cotidiano da atividade mediadora durante sua execução. Manter-se na posição de maior prestígio como mediador requeria o poder de controlar as opiniões que circulam, lançando dúvidas nem sempre passíveis de comprovação. Honra e desonra correspondiam a sucessos e insucessos no controle da dúvida circulada sobre comportamentos públicos.

---

## PALAVRAS-CHAVE

Programa público, acusações, questões políticas, declínio de prestígio e instabilidade política

---

“POLITICAL MATTER”: PUBLIC PROGRAMS AND ACCUSATIONS AMONG MEDIATORS

**ABSTRACT**

Being in charge of public programs provides political mediators with resources that may give them political prominence—as pointed out in the literature. However, my goal in this article is to show how power can also bring disqualification, by allowing accusations as a way to control the political powers and undermine prominent leaderships. Thus, I tried to keep up with the way political clashes worked in the execution of a public program, depicting the mediators’ activities during the process. Being at the most distinguished position as a mediator would require the power to control the surrounding opinions, bringing up doubts that are not always verifiable. Honor and dishonor would consist in succeeding or not in controlling the doubt spread among political behaviors.

**KEYWORDS**

Public Program, Accusations, Political Matters, Loss of Prestige and Political Instability

---

## INTRODUÇÃO

Atualmente, as acusações contra adversários políticos estão em pauta no cenário nacional. Faço referência aqui às acusações que geraram investigações e processos judiciais voltados para o controverso combate à corrupção. Consequentemente, as análises sobre o fenômeno das acusações se tornam bem-vindas. Abordando este tema, desloco o universo social de análise para pequenos municípios, mais propriamente para um município com cerca de 14 mil habitantes chamado Italva, que está localizado na região noroeste do estado do Rio de Janeiro.

Neste local, as relações analisadas foram observadas no âmbito da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que era parte de um programa mais amplo do governo federal chamado Fome Zero<sup>1</sup>. Localmente, o PAA era coordenado por dirigentes de uma *Associação de Produtores Rurais*. Coordenando esse programa na Associação, tais dirigentes podiam investir na construção de sua representatividade política. Assim, tomo os líderes de agrupamentos, e pretensos líderes, como mediadores políticos.

Consagrou-se que o fenômeno da mediação só pode existir por ocasião de uma ruptura da relação de contato direto entre duas pessoas. Insere-se, neste espaço, um mediador entre o demandante e o demandado. Esse mediador cultiva habilidades e contatos capazes de tornar o campo político permeável às demandas dos indivíduos. Desse modo, o que constitui a atividade mediadora é a costura de apoios diversos.

Logo, compreendo a mediação política como prática intrínseca ao exercício da representação, já que ela é o pressuposto que antecede à constituição do indivíduo como representante. Como escreveu Mendonça, “a mediação é

<sup>1</sup> O programa Fome Zero foi definido como um conjunto de políticas públicas criado para combater a fome e suas “causas estruturais” (Beto, 2004: 4).

a possibilidade da representação” (2004: 81), assim o representante necessita conquistar a legitimidade mediadora. Conveniente a este estudo, saliento ainda que a representação é disputada. Da mesma forma, a posição de melhor mediador está em disputa. Com isso, o julgamento sobre o melhor representante ou mediador é delineado comparativamente.

Tomando a Associação como unidade social, busquei pensar para além do senso comum que distinguia “política social” e “política partidária” e, assim, acompanhar como o embate político funcionava durante a execução do programa. Expor o funcionamento do embate político implicou compreender as ações dos mediadores em uma figuração permeada por disputas. Eles utilizavam, sobretudo, a estratégia de promover acusações, como pretendo demonstrar, a fim de despojar ou restringir seus adversários de recursos e prestígio.

Na análise sobre as acusações, entendo-as como estratégias políticas desfechadas entre agrupamentos, as quais podem trazer certa instabilidade ao cenário – muito embora, em parte das análises sobre a transmissão desses comentários depreciativos, o fenômeno tenha sido tratado de maneira conservadora, apontando a manutenção de posições por elites locais.

Para melhor interpretar, utilizei autores que aderem à sociologia política dos rumores e, por outro lado, autores que aderem às análises sobre fofocas realizadas em pequenos grupos. Os estudos de Aldrin (2005, 2011), Rainaudi (2005), Bainilago (2008) e Favret-Saada (1977) representam a sociologia política dos rumores, enquanto os estudos realizados por Gluckman (1963), Paine (1967), Haviland (1977) e Elias (2000) representam as análises sobre fofocas.

Os estudos sobre os rumores surgiram, segundo Aldrin (2005; 2011) e Rainaudi (2005), durante a Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos. A propaganda contra os inimigos, durante a guerra, foi incentivada por psicólogos sociais, que colocavam em cena o que recebeu o nome de clínica dos rumores. Esta consistia em fazer circular, por meio de radiodifusão, falsas notícias em tons pejorativos contra as tropas inimigas, colocando a ciência a serviço do governo. Assim, para lançar rumores não havia a preocupação com a veracidade dos fatos.

Nessa tradição, os rumores foram interpretados como uma arma psicológica de combate (Rainaudi, 2005:1). Em concordância com esta interpretação, Aldrin considerou que a atividade política parecia particularmente oportuna ao jogo dos rumores.

*Les usages de la rumeur prennent en effet leur sens dans le contexte de la compétition pour le pouvoir et de la structuration de l'espace public propres aux démocraties représentatives. Faire circuler une rumeur (en la créant ou en ne faisant que la retransmettre) permet ainsi aux acteurs de jouer un coup dans le champ agonistique de la politique (...)* (Bonhomme, 2006:243).<sup>2</sup>

**2** “Os usos do rumor ganham, em efeito, sentido no contexto da competição por poder e da estruturação do espaço público, próprios das democracias representativas. Fazer circular um rumor (criando ou retransmitindo) permite, assim, aos atores lançar um golpe no campo agonístico da política” (tradução livre).

Portanto, nesse texto, as acusações serão consideradas no âmbito da competição política entre mediadores locais, enfatizando o processo de execução do Programa de Aquisição de Alimentos. Segundo Rainaudi, os rumores afetam o contexto de competição por poder e a própria estruturação do espaço público daí resultante. Os rivais políticos se golpeiam ao transmitirem rumores. A fim de vencer adversários, luta-se por recursos e prestígio, desenvolvendo capacidades de criar interpretações e convencer. Lembrando Bourdieu (2007, 2008), a crença nas qualidades de autoridades políticas gera a elas um crédito que as legitima nas posições que ocupam.

A fofoca e o escândalo também foram pensados por Gluckman como uma arma social, porém o autor seguiu um modelo de análise funcionalista. Indivíduos e grupos competiam entre si, por prestígio e posição social, criando e transmitindo escândalos e fofocas contra aqueles que ameaçavam os mais altos em *status*. Entretanto, o autor ressaltou que a fofoca caluniosa tinha uma função em pequenas comunidades: mantinha a unidade do grupo, pois reafirmava valores compartilhados. Logo, se a fofoca fosse reprimida, os valores desapareceriam (1963).

Essa perspectiva tinha o mérito de demonstrar, por meio da fofoca, uma forma de “lutar as lutas internas” aos pequenos grupos (1963:312). Contudo, tal perspectiva sofreu reformulações quando o paradigma funcional-estruturalista foi questionado. Já em 1967, Paine escreveu um texto em que julgou o argumento de Gluckman insatisfatório e propôs uma nova hipótese. Segundo Paine, considerações sobre unidade não são uma questão para as pessoas que competem; elas se preocupam, na verdade, com a proteção de seu prestígio, portanto, com seus interesses próprios (1967). Dessa forma, Paine explicou a fofoca como um comportamento intencional, voltado para administração de informações imparciais, que envolve interesses individuais (Paine, 1967:282). Com isso, os valores morais são manipulados para o alcance de um propósito particular (Haviland, 1977:11).

Em geral, esses estudos enfatizaram o uso da fofoca, do escândalo e da calúnia pelos que ocupam um *status* mais alto, a fim de minar o aumento do prestígio alheio. Como mencionou Elias, essas alegações objetivam aumentar o carisma do próprio grupo e desonrar o grupo rival, já que existem as fofocas elogiosas e as fofocas depreciativas (2000: 121). As conclusões de Elias se baseiam em um estudo realizado sobre Winston Parva, uma comunidade dividida entre “estabelecidos” em *status* e *outsiders*. Os estabelecidos, que residiam há mais tempo na região, usavam a fofoca para relegar os *outsiders* ao nível inferior.

Em todos os casos, está em questão o controle da imagem do outro. Quando a crença se torna arraigada, ela funciona como “agente de seleção” (Elias, 2000:121) entre os melhores e os piores indivíduos, servindo, inclusive, para a criação de líderes (Paine, 1967:278). Está em jogo a criação das desigualdades de poder por meio de acusações, rumores, fofocas ou escândalos. Essas são armas para lutar as batalhas por prestígio e veremos, no caso de Italva, que podem ser

usadas tanto pelos mais altos em *status*, quanto pelos mais baixos, que assim esperam aumentar o seu poder explorando brechas do adversário e esforçando-se por conseguir aliados. Entre outras coisas, é o tamanho ou o nível da desigualdade de poder entre os competidores que gera as mais diversas tendências no curso das ações de enfrentamento, contribuindo para formar as características dos contextos sociais: se estáveis ou instáveis, se sólidos ou disruptivos.

### **PROGRAMA PÚBLICO E CONTROLE DE RECURSOS**

No ano de 2011, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) era a ação mais abrangente dos dirigentes da Associação considerada<sup>3</sup>. Ele era executado naquele espaço desde o ano de 2003. Portanto, era uma ação regular durante os últimos oito anos e proporcionava diversos vínculos com membros de outras instituições locais<sup>4</sup>. Anualmente, o projeto era refeito e proposto para analistas da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) – uma empresa pública que integra o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O programa envolvia: (1) os dirigentes da Associação, como proponentes do programa; (2) os produtores locais que vendiam seus produtos; (3) os membros das instituições, que redistribuíam os alimentos; e (4) os integrantes das famílias beneficiárias. Os produtores pertencentes à Associação vendiam seus produtos ao governo, que os comprava por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Esses produtores levavam a mercadoria para a Associação, onde os alimentos eram separados em determinadas quantidades e, posteriormente, levados de caminhão para instituições que constavam no projeto submetido aos analistas da Conab. Traçavam-se rotas para o caminhão, que deveria levar alimentos para 20 instituições, dentre as quais cinco se situavam em municípios vizinhos.

Nas instituições, os alimentos eram separados em bolsas correspondentes ao que se chama comumente de *cesta básica* e que, no programa, era majoritariamente chamado de *compra*. Os representantes institucionais entregavam as bolsas de alimentos aos integrantes das famílias. Estes eram avisados sobre o dia da distribuição e geralmente formavam uma fila para recolher sua bolsa de alimentos na frente da instituição em que estavam cadastrados ou em frente à casa do representante institucional.

A detenção dos recursos de programas geralmente possibilita aumentar, num local, o poder e o prestígio de quem os controla. Dessa forma, grande parte da literatura política examinou os programas como um meio de alcançar objetivos para gerar e consolidar apoios pessoais e contatos institucionais. Nesse sentido, Auyero estudou, em *La política de los pobres*, as práticas peronistas, por ele denominadas clientelistas, em um bairro da Argentina e afirmou:

**3** Segundo o Livroto do Fome Zero intitulado *Cidadania: o principal ingrediente do Fome Zero* (s./d.: 13), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: “Incentiva a produção de alimentos pela agricultura familiar, permitindo a compra, a formação de estoques e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Os produtos também são distribuídos na merenda escolar de crianças, em hospitais e entidades beneficentes” (destaque nosso).

**4** A não identificação da Associação e seus membros, assim como a não identificação das instituições e seus membros, é intencional, pois, pela natureza do campo pesquisado, optei por não revelar interlocutores em demasia, a fim de evitar qualquer interpretação prejudicial a eles pelo simples fato de terem expressado sua opinião, se porventura leitores e pesquisados coincidirem.

*Los programas de asistencia social son el “botín” que los mediadores buscan obtener a los efectos de mejorar sus carreras. Esos programas representan los “recursos desde arriba” que necesitan para resolver problemas y, por lo tanto, para hacer política. La política significa “tener tu propia gente”, tu propia facción. “Cuanto más grande es la facción, más grande es el renombre” (...). Cuanto mejor acceso se tenga a los recursos del Estado, mayor será la capacidad de resolver problemas, y mejores serán las posibilidades de conseguir un puesto público (via elecciones o nombramiento) (Auyero, 2005:117).<sup>5</sup>*

O autor apresentou de maneira clara a relação entre o controle de programas públicos e a conquista de adeptos para consolidar e adensar os grupos políticos. São recursos que proporcionam o alcance de objetivos econômicos, políticos, sociais e culturais, já que essas esferas se misturam.

Para Nicholas, participantes de atividades políticas tentam expandir seu controle sobre recursos materiais e humanos, o que traz poder público (1979: 52). É deste modo que o faccionalismo é entendido: como uma atividade política que envolve um conflito organizado visando à obtenção de poder público. A concorrência faccional existia na execução do PAA tanto externamente ao grupo diretor como internamente. Assim, a qualificada “política partidária” interpenetrava na execução do programa quando desejavam alguns interlocutores entendê-la apenas como um trabalho social, portanto pertencente ao âmbito da “política social”.<sup>6</sup>

Com isso, os recursos transferidos para a Associação, pelo controle da execução do PAA, podiam trazer a ascensão do prestígio dos mediadores envolvidos, conforme apontou a literatura sobre política. Mas demonstrarei neste texto o lado oposto a essa compreensão: o declínio do prestígio de mediadores que controlam programas públicos, declínio que acaba sendo criado por adversários em concorrência política, que usam as acusações como arma para denigrir seu oponente.

#### **AS FASES DO PROGRAMA EM ITALVA**

Ao examinar o material gerado com as interlocuções e coletas de jornais, deparei-me com mudanças na coordenação do programa que marcavam o poder de determinado grupo sobre outro. Existia um predomínio de determinados grupos controlando o PAA em cada período e os conflitos entre eles eram permeados por lutas de argumentação.

Encontrei seis matérias no jornal local *UR-gente* sobre o PAA. Quatro se referiam ao ano de 2004, início da implantação do programa, e duas ao ano de 2006. Em 2004, o prefeito de Italva pertencia ao PFL (Partido da Frente Liberal), enquanto o PAA foi articulado localmente por membros da oposição Petista (Partido dos Trabalhadores).

**5** “Os programas de assistência social são o ‘botín’ que os mediadores buscam obter para melhorar suas carreiras. Esses programas representam os ‘recursos de cima’ que necessitam para resolver problemas e, portanto, para fazer política. A política significa ‘ter sua própria gente’, sua própria facção. ‘Quanto maior é a facção, maior é o renome’ (...). Quanto melhor acesso se tenha aos recursos do Estado, maior será a capacidade de resolver problemas, e melhores serão as possibilidades de conseguir um posto público (via eleições ou nomeação)” (tradução livre).

**6** Diante disso, convém lembrar o questionamento de Souza Lima e Castro sobre as políticas públicas serem de fato públicas (2015: 29-30). Pressupor que as políticas públicas são públicas, no sentido de serem mecanismos de equidade social, servindo para fins coletivos, traz um obstáculo às análises. Para os autores, seria mais interessante operar um movimento analítico para suspender a ideia de público como fim das ações do Estado. Desse modo, enfatizaram a dimensão governamental a partir da ideia de governo de Foucault. Com o conteúdo deste artigo, vemos que as políticas públicas são executadas em ambientes em que, muitas vezes, grupos se confrontam, e obedecendo critérios de seleção, não é viável atender a todos que necessitam dos recursos.

Em matéria de agosto de 2004, registra-se que, no início do programa, havia uma coordenação geral exercida pelo dirigente da Maçonaria local, que cedia o espaço para a chegada dos alimentos comprados dos produtores rurais. Havia também uma coordenação administrativa exercida por um empresário pertencente à elite local. E uma coordenação de mobilização, em que membros do Partido dos Trabalhadores atuavam. A Associação, foco deste estudo, aparecia nas documentações como solicitante do projeto.

Em matéria de janeiro de 2004, constam críticas à coordenação do programa elaboradas por um oponente, o então presidente da União das Associações de Bairros de Italva – que viria a ser prefeito do município no ano de 2010. Embora a atuação no PAA fosse elogiada, criticava-se, na matéria, a monopolização do programa por partidários petistas e denunciava-se que “o Fome Zero virou palanque de campanha e o seu objetivo parece mesmo ser o de encher a urna de votos para os candidatos do partido”, tanto que se cobrava a filiação ao partido para fazer parte do programa. Foram ressaltados na matéria “interesses puramente políticos” e pretensões de “vinganças”.

O rebate das críticas foi registrado em fevereiro do mesmo ano, quando membros da Coordenação declararam que não era exigida a filiação ao PT para participar do programa; e que os presidentes de associações que realizaram denúncias não apresentaram a documentação necessária para cadastrar as famílias.

Já em matéria de novembro de 2004, verifiquei registros que promoviam a imagem do programa e de seus condutores, com as seguintes palavras:

*O projeto Fome Zero desenvolvido em Italva tem (...) servido como exemplo nacional de transparência e justiça (...) [e tem sido de] importância para o desenvolvimento da economia e agricultura locais no momento em que absorve quase que 90% de toda a produção para as suas campanhas. Formado por pessoas de indiscutível idoneidade junto a sociedade itelvense, o projeto é amplamente divulgado e até telefones particulares de membros da coordenação local são colocados a disposição do povo para quaisquer denúncias que forem necessárias (Jornal UR-gente, nov. 2004, “Fome Zero alimenta população carente e economia local”).*

Com a ênfase na disponibilidade de números de telefones para acolher denúncias, tentou-se colocar os dirigentes do programa na condição de colaboradores para o aperfeiçoamento do mesmo e, simultaneamente, fora do circuito das qualificadas irregularidades. Este fato já evidencia a disputa entre os grupos políticos locais.

Um ano e sete meses depois (maio de 2006), a Associação foi apontada em matéria jornalística como a “mola propulsora do Caeaf em [Italva] em todas as

etapas até aqui realizadas”<sup>7</sup>. É possível perceber o despontar da liderança de representantes desta entidade na condução do programa e o declínio do poder das lideranças anteriores.

Conversei com a coordenadora de mobilização, principal articuladora do programa, e ela contou sua experiência. Além de trazer recursos e auxílio aos moradores, a tônica de seu discurso estava em compor, com a distribuição de alimentos, uma cadeia de adeptos ou apoiadores, sem “favorecer” a prefeitura. Ela deixou bastante claras sua condição e posição ao dizer que não tinha sido eleita e com o programa poderia repassar os alimentos às famílias como associação, sem depender da prefeitura, porquanto “éramos a oposição”. Coordenando o programa, poderiam manter o poder de enfrentamento de seu grupo político.

Entretanto, ela apontou que, durante a execução, a falta de estrutura para manter a dimensão que o programa alcançou e a exaustão consequente levaram-na ao abandono das atividades. Outro articulador ressaltou as dificuldades na “logística” e a ausência de “condições técnicas” durante seu trabalho no programa, o que motivou o afastamento de algumas lideranças. Sobretudo, argumentou que a Associação passou a ser “gerente” e realizou um movimento de eliminar o Comitê Gestor e a fiscalização, no que foi aprovada pela Conab. Assim, membros da direção da Associação passaram a conduzir o programa.

Estudar a ação política sob o manto das acusações ou denúncias nos coloca diante de várias narrativas sobre um mesmo fato. Enquanto um dos líderes afirmava que a Associação passou a ser gerente e realizou um movimento de eliminar o Comitê Gestor e a fiscalização, membros da Associação acreditavam que este líder comandou à frente do programa várias irregularidades e “aproveitava-se” dos produtores. É oportuno lembrar que, para Bonhomme, os rumores políticos atendem, na maior parte do tempo, a uma intriga que lembra a ordem da justiça comum: narrativas de perversão, de traição, de complô e do mal dissimulado (2006: 243).

Segundo integrantes da Associação, as irregularidades praticadas na condução do programa foram o motivo do declínio da coordenação anterior. Além disso, chamando os donatários em microfone, ocasionavam uma “humilhação” e os “envergonhava”. Por isso, o presidente da União das Associações de Bairros teria acusado os organizadores de estarem “se aproveitando” da pobreza das pessoas. Convém notar tais acusações sinalizando um movimento de queda de posição de maior prestígio na condução do PAA. Após desentendimentos entre dirigentes da Associação e líderes anteriores, quando os dirigentes foram apoiados pela Conab, iniciou-se a nova gestão do programa.

Mais tarde, a principal articuladora nos primórdios do programa foi secretária de assistência social da prefeitura, em 2009, e convidou as instituições para seguirem o cadastro nacional, o *Cade Único* (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal). Com isso, a secretária inseriria as famílias benefi-

**7** Nos primeiros anos, o programa foi chamado de Caeaf, Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. Posteriormente, este nome foi substituído por PAA, Programa de Aquisição de Alimentos.



ciárias em um “sistema maior”, diminuindo a responsabilidade da Associação e trazendo-a para junto da atuação de membros do governo municipal. Assim, seria montado um Conselho paritário para discutir o programa e executar uma proposta. Trazendo o programa, em parte, para o controle da secretaria que comandava, argumentou que teria auxílio de uma equipe multidisciplinar para fazer um acompanhamento das famílias e dar assistência ao produtor. Argumentou também que o *Cade Único* conseguia mapear as famílias que não saem de casa e, assim, haveria maior justiça na distribuição e na compra.

O convite não foi aceito pelos dirigentes da Associação naquele momento, os quais preferiram manter maior independência em relação à administração pública municipal.

Resumindo, o primeiro grupo a comandar o programa se opunha ao grupo que havia conquistado a gestão da prefeitura. Com o PAA, o grupo petista manteve seu poder político, até ser bombardeado por acusações e ceder lugar ao grupo político da Associação, que passou a comandar o programa. Como visto, este grupo, com o passar do tempo, também preferiu manter parte de sua autonomia em relação à facção que ocupou a prefeitura.

É possível concluir que o programa público foi tanto uma fonte de recursos que proporcionou poder, quanto movimentou uma série de acusações e denúncias que deslegitimaram, em parte, os mediadores condutores de tal programa. Foi assim, e de maneira cíclica, tanto uma fonte de aumento de poder, quanto de diminuição do mesmo.

#### **OS ORGANIZADORES LOCAIS DO PROGRAMA E AS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Em agosto de 2011, quando comecei a pesquisa de campo no município, foi realizada uma eleição para a Associação de Produtores Rurais. Dois grupos disputavam essa eleição: um grupo apoiado pela gestão atual, bombardeada por críticas relacionadas à má administração do dinheiro da Associação, e outro grupo liderado pelo ex-presidente e integrante da diretoria do Sindicato de Produtores Rurais do município. Este pertencia a um grupo que buscava combater o que acreditava serem fraudes e roubos praticados pela gestão que finalizava o mandato à frente da Associação.

Com a vitória do primeiro agrupamento, apoiado pela gestão anterior, iniciou-se uma tentativa de sanar as contas da Associação, imersa em dívidas. Alguns membros da diretoria tendiam a denunciar, na justiça formal, pessoas da administração anterior, dando prazos para que eles pagassem a dívida legada. Outros preferiam considerar a “amizade” e não denunciar ou fazê-los pagar. Assim, os laços com os membros da gestão anterior ainda não tinham sido

cortados, já que a coordenadora do PAA, que fazia parte da diretoria anterior, continuava coordenando o programa até que o ano se encerrasse e os membros da diretoria tivessem que apresentar novo projeto ao PAA para o ano de 2012. Por existirem esses laços é que se manifestavam as tensões.

Por um tempo, mantive-me ouvindo e observando no espaço da Associação ou acompanhando os membros da diretoria em seus contatos. Em determinado momento, decidi falar com representantes das instituições beneficiárias. Eram 20 instituições e nem todas se localizavam no município ou eram de fácil acesso, pela falta de condução pública que levasse às “roças” – como chamavam os lugares mais afastados da cidade. Por isso, não consegui travar contato com todos os representantes das instituições beneficiárias, mas ao menos com representantes de 15 instituições foi possível.

Foi ao me afastar da Associação e explorar as opiniões dos representantes de instituições que uma gama de acusações se fez visível. Juntamente a essas acusações de representantes de instituições, o perdedor nas eleições começou a me oferecer entrevistados na condição de produtores, que também acusavam os membros da diretoria. Isso forçou uma reação por parte dos integrantes da diretoria da Associação, rebatendo críticas que tomavam conhecimento de eu ter escutado.

Essa prática de rebater acusações foi explorada por Claude Rainaudi como estratégia de combate. Entre as estratégias que examinou, Rainaudi distinguiu o antirrumor e o contrarrumor. O antirrumor consistia em negar a acusação sofrida, mas a mensagem de defesa podia ser vista por uns como uma forma de dar credibilidade à acusação, dada a importância demonstrada a ela com a iniciativa de defender-se. Já o contrarrumor consistia em lançar um rumor que visasse aniquilar ou minimizar o impacto do rumor que ele combatia (2005). Assim, é possível afirmar que os dirigentes da Associação usavam o contrarrumor em maior proporção.

Pesquisar em meio às acusações mútuas pode colocar o pesquisador, assim como me vi, em um terreno fragmentado de discursos e envolvido por emoções alheias que dificultam o discernimento – pois não é possível saber de antemão, sem a devida análise – do que está sendo tomado. A compreensão, por um tempo, pode ficar nublada e mesmo medos podem surgir por não se saber ao certo ‘com o que estamos nos metendo’, já que as histórias em geral comportam sentidos de crimes ou irregularidades na intenção de ferir o oponente. Essa dificuldade de compreensão fez Bonhomme afirmar que:

*la rumeur est un phénomène qui se prête particulièrement mal à l'observation directe: le chercheur arrive souvent trop tard ou ne peut retracer précisément la diffusion des multiplex énoncés (2006: 243).<sup>8</sup>*

**8** “O rumor é um fenômeno que se presta particularmente mal à observação direta: o pesquisador chega frequentemente tarde ou não pode retrazar precisamente a difusão dos múltiplos enunciados” (tradução livre).

De tal modo, devido aos rumores se prestarem mal à observação direta,

Philippe Aldrin utilizou majoritariamente fontes jornalísticas para estudar os rumores no campo da política, deixando pouco espaço aos dados de primeira mão – como afirmou Bonhomme (2006:243). No caso analisado por mim neste texto, utilizei os relatos que partiram de meu contato com os interlocutores e a observação dos desdobramentos dos fatos e conjunção de narrativas. Os fatos não são reconhecidos como informações históricas solidificadas, pois se prestam às versões emitidas em caráter de confidência, tornando mais volúvel nossa ligação dos aspectos relacionados aos fatos, prejudicando por certo tempo a clareza da reflexão. Foi tentando “passar por cima” dessas dificuldades da pesquisa envolvendo rumores observados em primeira mão que elaborei este artigo.

#### **AS ACUSAÇÕES COMO “QUESTÃO POLÍTICA”: REGULANDO AS DISPUTAS ENTRE MEDIADORES**

Alguns representantes da Associação se defendiam de acusações alegando serem motivadas por uma “questão política”. Ou seja, as acusações serviam a brigas, no âmbito da concorrência política, quando argumentos eram levantados puramente com o objetivo de denigrir a imagem de representantes, os desacreditando em seu caráter. O uso dessa estratégia acusatória se convertia em um proceder, visando diminuir o prestígio do oponente. Alegando serem as acusações motivadas por “questões políticas”, o teor de verdade de tais acusações era esvaziado. Portanto, era assim que os pesquisados faziam política naquele momento, lançando acusações frequentemente entendidas pelos atacados como “questões políticas”.

Como visto, as fofocas ou as acusações (como as trato) regulam as disputas. Quando o lançamento dessas acusações ocorre de forma mútua, ambos os lados em conflito parecem estar suficientemente articulados. Baseando-se em seu contexto de estudo, Gluckman asseverou que se alguém não pode usar a fofoca como ataque, por falta de conhecimento do campo competitivo, é porque está numa fraca posição (1963: 309). De outra forma, Elias concluiu que o grupo mais bem integrado tendia a fofocar mais livremente do que o menos integrado, que pela pouca organização tinha barreiras à transmissão de fofocas (Elias, 2000:125, 129). A pouca coesão social paralizava a capacidade do grupo de retaliar (Elias, 2000:131). Consequentemente, a estabilidade social persistia porque os grupos dominantes se mantinham em seus lugares sem maiores ameaças. Já em locais em que a instabilidade na detenção do poder vigora, as retaliações tendem a ser mais frequentes.

Para se recriminar, no cenário de combate político, usando as acusações como arma psicológica, não importava se o que era dito era verdade, bastava

as pessoas acreditarem (Rainaudi, 2005). Como mencionou Favret-Saada, ao escrever sobre bruxaria no Norte da África, as palavras têm força e podem ocasionar a morte social de quem é acusado. Nesse sentido, para que a bruxaria existisse não era necessário haver bruxos, porque eram suficientes as palavras acusatórias para que o discurso se perpetuasse (Favret-Saada, 1977:16).

*Em tout cas, ce n'est pas la vérité ou la fausseté qui la caractérise, et les sciences humaines s'avèrent fructueuses quanto elles abordent les croyances indépendamment de leur rapport à la vérité proprement dite (Halpern, 2004:2).<sup>9</sup>*

9 “Em todo caso, não é a verdade ou a falsidade que a caracteriza, e as ciências humanas são bem-sucedidas quando abordam as crenças independentemente de sua relação com a verdade propriamente dita” (tradução livre).

Os estudos sobre acusações de bruxaria, desenvolvidos a partir da África, traduzem bem os usos e efeitos das acusações neste campo. Segundo a crença exposta por Bainilago, um bruxo em potencial poderia mobilizar, por meio do pensamento, uma agressividade nociva contra uma pessoa. Em consequência, a acusação de bruxaria podia gerar uma hostilidade comunitária contra aquele apontado como bruxo, ocasionando sua morte social pelo julgamento popular (2008). Podemos inferir, portanto, que a acusação é um meio de controlar comportamentos em disputas por prestígio, que pode bloquear a ascensão social ou o alcance de posições mais valorizadas.

Assim, a acusação, geralmente desfechada contra um adversário pessoal, pode envolver um ato de vingança. Essas acusações têm o potencial de reforçar os valores do grupo (Bonhomme, 2006:143), criando uma moralidade pública, mas os acusadores também podem manipular os valores para alcançar interesses próprios (Paine, 1967). Se os objetivos comuns do grupo se esvanecem diante de interesses próprios, a tendência, para Gluckman, seria a aceleração do processo de desintegração de uma comunidade (1963: 314).

Após lembrar essas assertivas, convém esclarecer que permaneci pesquisando em Italva durante os três primeiros meses de gestão da diretoria recém eleita pelos membros da Associação. Neste cenário, as acusações levantadas durante a campanha estavam vivas nas lembranças dos grupos, que ainda as repercutiam. Entretanto, restringir-me-ei aqui às acusações relacionadas à má administração do PAA.

Separei as críticas em quatro categorias: as críticas relacionadas ao *enriquecimento por meio da apropriação do dinheiro considerado público* (“engordando”); o *desinteresse pelos beneficiários, levando em conta a qualidade dos alimentos* (“para os porcos”); a *falta de organização na distribuição* (“não tem organização”); e a *evitação em fomentar grupos políticos rivais*, executando substituições ou eliminando instituições (“cortar”). Geralmente, as acusações não eram feitas enfatizando apenas um dos pontos mencionados, mas agregando todos eles, ou dois ou três deles.

### “LUGAR DE ENGORDAR MAGRO É NO INFERNO”

O termo “engordar” foi usado para se referir ao enriquecimento por meio do uso privado de recursos do PAA e isso era possível pela absorção de rivais políticos. Alguns interlocutores afirmaram que, quando determinadas pessoas começaram a fazer parte da Associação, de pobres passaram a ter carro, motos, caminhão e a andarem mais bem vestidas.

É possível pensar no termo “engordar” como um aumento de poder político, quando vários opositores foram vencidos. Figurativamente, esses opositores foram ingeridos. Tal avaliação se coaduna com a afirmação realizada por Douglas em *Pureza e perigo*, quando a autora discutiu sobre os símbolos de poluição que revelavam cosmologias. Para a autora, o processo de ingestão nos rituais representava a absorção política (Douglas, 1966:8).

Por outro lado, Sahlins, ao comparar as chefias políticas da Melanésia e da Polinésia, problematizou as expressões “comer o prestígio do chefe” e “comer demais do poder do governo” (2004). No primeiro caso, com o intuito de aumentar seu “renome”, o chefe desviava mercadorias para fora de sua facção, minando a reciprocidade interna. Com isso, os melanésios extorquiam o chefe para reduzir seu ímpeto de aumentar o próprio poder. Assim, se viam obrigados a “comer o prestígio do chefe”, diminuindo o *status* dele e, conseqüentemente, preservando seus produtos. Esta era uma pressão que vinha de níveis mais baixos da hierarquia social. No segundo caso, a chefia polinésia desviava uma parcela indevida da riqueza geral para sustentar a instituição da chefia. Tal sustentação demandava investimentos no aparelho de governo e até mesmo onerava os polinésios ao reduzir o nível da redistribuição. Dessa forma, afirmou-se que os líderes se inclinavam a “comer demais do poder do governo”.

Considerando as perspectivas de Douglas e Sahlins, o termo “engordar” pode ser interpretado tanto como uma absorção de opositores políticos quanto como uma aquisição de recursos por meio da apropriação de bens públicos, o que em geral é condenado legalmente e moralmente.

Um entrevistado, indicado pelo grupo político que fazia oposição à diretoria atual da Associação, chegou a afirmar: “lugar de engordar magro é no inferno”. Na luta por não serem “comidos” ou não deixarem que seus adversários “comessem” os recursos da Associação, comentários foram feitos sobre o não cumprimento das regras do programa. Nesse sentido, argumentavam que:

- 1) Seriam fornecidos alimentos do programa para instituições que não eram legalizadas. Desta forma, uma instituição legalizada receberia em nome de outra;
- 2) Ao pegar DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) emprestados, uma pessoa venderia produtos em nome de outras pessoas, acumulando dinheiro. A quantidade de alimentos vendidos para a Conab era restrita por DAP, sendo

que uma DAP correspondia a uma propriedade familiar e à venda de 64 kg de alimentos. Essa prática de pegar DAPs emprestados poderia gerar até a venda de 600 quilos de alimentos, segundo os acusadores.

- 3) Os alimentos estariam vindo de outro município para serem distribuídos. Como a intenção do programa era desenvolver a agricultura local, era importante comprar os alimentos do município.
  - 4) Os fiscais colaborariam com as irregularidades por proteção à família de namoradas, que arrumavam no município, ou por receberem propina.
  - 5) Haveria falsificação de cadastros realizados para receber as bolsas de alimentos, já que certas pessoas, mesmo preenchendo o cadastro, nunca as receberam. Assim, sobrariam alimentos que poderiam ser vendidos ou doados por favores.
  - 6) Existiria compra de alimentos, mesmo em supermercados, e venda mais cara para o governo, constituindo um comércio que visava lucro e não fomentando a produção local.
  - 7) Produtos que nunca foram distribuídos constariam em notas enviadas à Conab para receber o repasse financeiro e notas seriam assinadas atestando um valor maior do que o relacionado à quantidade de mercadoria entregue.
  - 8) Mesmo a demora na entrega dos alimentos era motivo para argumentarem que os dirigentes da Associação receberiam um mês do dinheiro do produtor.
- Por outro lado, havia o contrarrumor: alguns representantes de instituições eram acusados por determinados moradores de revender os alimentos que a Associação repassava.

### **“NÃO É PORQUE É POBRE QUE É PORCO” OU “NEM PORCO COME”**

A qualidade dos alimentos distribuídos era avaliada pelos fiscais da Conab por meio de observação e de perguntas direcionadas aos representantes de instituições. Os fiscais selecionavam algumas instituições e as visitavam, mas pelo pouco tempo que dispunham para trabalhar, tendo que fiscalizar vários municípios da região, entrevistavam geralmente apenas dois ou três representantes no município em foco.

Depreciar a qualidade dos alimentos prejudicava a Associação, assim como elogiar a beneficiava. Quando o alimento era de má qualidade, enfatizava-se o desinteresse dos coordenadores do programa pela saúde dos beneficiários. Algumas vezes, pude ver o próprio vice-presidente da Associação questionar representantes das instituições sobre a qualidade dos alimentos que estavam recebendo, demonstrando preocupação e ressaltando que os usuários avisassem para que o alimento fosse trocado em caso de estar com a qualidade comprometida.

Em minhas entrevistas com representantes de instituições ouvi queixas sobre legumes que chegaram quase estragando, arroz com gorgulho, arroz mo-fado, arroz sem pilar, arroz na saca, doce com cheiro de fumaça, doce com mofo, entre outras coisas. Essas queixas classificavam o trabalho da Associação como ruim e podiam vulnerabilizá-la na disputa entre pretensos mediadores.

*Na campanha anterior, o arroz estava cheio de bichinho, se vejo não distribuo. Se vem a verba pra comprar coisa boa, tem que vir coisa boa  
(Representante de instituição).*

*Não quero que as pessoas comam coisas estragadas, aí desanima... (...) O doce fora da geladeira um dia, no outro está estragado  
(Representante de instituição).*

Uma representante de instituição argumentou que as pessoas não reclamavam da má qualidade dos alimentos por medo de não receber mais as bolsas, ou seja, de sofrer retaliação, ou por vergonha de falar que o alimento está estragado e ser deselegante.

Como contrarrumor, também se acusava membros de instituições beneficiárias de fazerem mau uso dos alimentos doados. Durante uma fiscalização, por exemplo, um integrante da Associação me chamou para mostrar alimentos como aipim e jiló estragados nos fundos da instituição, demonstrando que não haviam sido distribuídos ou utilizados como deveriam. Ainda me disse que cortaram uma senhora do programa porque ela dava os alimentos para os porcos: “o programa não é pra isso”.

Alguns representantes de instituições acusavam outros representantes de não distribuírem os alimentos, que por isso estragavam. Verifica-se que a disputa também acontecia entre os representantes das instituições que recebiam os alimentos.

Assim, manter um controle sobre as opiniões dos representantes de instituições era uma forma dos representantes da Associação se protegerem da péssima reputação que se poderia estar construindo sobre eles. O ideal era inibirem acusações sobre si e, quiçá, poder acusar outros.

### **“NÃO TÊM ORGANIZAÇÃO”**

Os próprios membros da diretoria da Associação de Produtores diziam-me que o programa estava desorganizado e que nem sempre fora assim. Desse modo, confirmavam o que era argumentado por alguns representantes de instituições. Estes focavam na falta de organização da distribuição dos alimentos para as instituições, no sentido de que: alimentos podiam ser entregues em quantida-

des erradas, deixavam de ser entregues, não havia controle dos cadastros dos beneficiários e não havia dias e horários estabelecidos para a entrega.

*O programa é uma “confusão generalizada”. (...) Tudo tem que ser documentado, protocolado, porque nos dá suporte e a eles também (Representante de instituição).*

*Não tem dia certo, você está de saída e chega de repente. Antes tinha um calendariozinho, um ou dois anos atrás. Tinha uma carteirinha (Representante de instituição).*

*Mencionou que o programa está uma “bagunça”. A manteiga tem que vir dobrada, arroz também, “se não vir completo, vou ligar para a Conab. Gosto muito deles, mas...” (Representante de instituição).*

Diante disso, houve quem afirmasse o contrário, que a Associação fazia reuniões e tinha cadastros dos beneficiários para poder conferir quem recebia as “compras” e evitar que uma pessoa pegasse em dois lugares. Este era um antirrumor, nos termos de Rainaudi, usado para desmentir as acusações. Essa afirmação podia ser entendida como uma forma de não prejudicar a Associação ou buscar evitar que sua instituição fosse “cortada” do programa.

#### **“CORTAR”: “OS DIFÍCEIS DE LIDAR” VERSUS “OS PARCEIROS”**

*Observou que Y. sempre questiona o fato de terem suas compras cortadas e que para respondê-lo irá usar de “sinceridade”, embora não soubesse se seria “feliz” em sua fala. Inicialmente, parabenizou Y. pela sua “competência” e afirmou como motivo do corte: “era difícil de lidar com o senhor, hoje o senhor é um parceiro, um amigo”. Disse estar “arrepentida”, pois “embarcou” na conversa de uma pessoa que a aconselhou a cortar as cestas (Descrição de reunião).*

As acusações de “cortes” podiam se relacionar com: (1) a situação de eliminação de instituições que recebiam os repasses de alimentos da Associação; (2) a exclusão de um produtor fornecedor de alimentos; (3) a diminuição na quantidade de alimentos repassados; ou (4) a retirada de beneficiários da lista das instituições.

Quem efetuava os “cortes” podia fazê-lo no sentido de evitar fornecer recursos que fomentassem o fortalecimento político de agrupamentos adversários. O fortalecimento político de rivais podia resultar em enfrentamentos, corroborados pelo fato de existirem os “difíceis de lidar” e, em oposição, os “parceiros”. Portanto, a “questão política” era um argumento apontado tanto para a exclusão de um beneficiário pela instituição quanto para a eliminação de uma instituição



pela Associação.

Em defesa, a retirada de beneficiários do programa, efetuada pelas instituições que distribuía as “compras”, era argumentada pelos representantes como sendo um gesto que visava beneficiar quem “precisa mais”. A pessoa poderia estar desempregada e quando se empregou foi “cortada” do programa. Às vezes, a pessoa “cortada” estava de acordo com o corte, outras vezes não concordava – diziam os representantes das instituições. Alguns indicadores foram apontados como motivos de conceder o benefício a alguém: famílias com muitos filhos, com idosos que gastam muito comprando remédios, quem tem casa alugada, quem está desempregado, quem mora no bairro etc.

A má seleção das famílias podia levar ao “corte” das próprias instituições. Por exemplo, um dos fiscais da Conab fez perguntas a alguns beneficiários na hora da entrega das “compras” e depois conversou com o presidente da Associação sobre a sua constatação. Ele disse que abordou uma mulher cujo marido era pedreiro e enfatizou que pedreiro podia receber um bom salário. Assim, falou em “corte” e em substituição de instituições, o que poderia ser realizado por meio de um ofício encaminhado ao escritório da Conab, comunicando a troca e os motivos. Portanto, seria viável valer-se desse mecanismo excludente.

Tanto instituições foram “cortadas” ao longo dos oito anos de implantação do programa, quanto a quantidade de alimentos fornecida para cada instituição foi reduzida. Uma representante de instituição disse-me que recebia 70 bolsas de “compras” e agora só recebe 50, outro recebia 100 e agora só recebe 70, e assim por diante.

O maior motivo apontado para a diminuição no número de bolsas era a inserção de igrejas como instituições beneficiárias desde o ano de 2010. Tal fato gerou a hostilidade dos representantes de associações de moradores, como instituições beneficiárias, direcionada aos representantes das igrejas.

*Na igreja católica, doce estraga. Se na igreja precisa de 100 bolsas, eles mandam 200. Falta organização, competência. A gente sabe de coisa preta mesmo, só que a gente não tem como provar (Representante de instituição).*

Alguns representantes de instituições questionavam o fato de a igreja católica receber as compras e não entregar, demorar para entregar enquanto o alimento estragava e já receber cestas básicas doadas pelo Fórum de Justiça. Retirar as associações de moradores da lista de instituições beneficiárias do programa e colocar as igrejas em substituição pode ser uma estratégia a fim de diminuir cobranças e acusações no campo da disputa política, já que a atuação das igrejas geralmente se dá de acordo com a doutrina da caridade.

*Cortaram daqui para botar lá, cortaram de todos os bairros para doar para a igreja. Quem pega aqui, pega na igreja também, pega duas vezes. Todos os bairros também têm as igrejas, pegam duas vezes. Todas as igrejas estão tirando da boca de quem precisa (Representante de instituição).*

Um representante de associação de moradores afirmou que algumas instituições traziam problemas para a Associação de Produtores, mas, no seu caso, não entendia porque teve o número de cestas básicas reduzido, causando mal-estar em sua relação com os moradores do bairro.

*Fez muita falta, eu não tinha quem tirar. Eu não sei porque tiraram, não teve nem reunião porque tirou. Porque não continuar comigo e eu não atender. Cria contrito na própria comunidade com a gente. Não podia cortar, coloca a gente contra o povo, se eu não uso a cabeça... comecei a dividir, eu me dou bem por causa disso (Representante de instituição).*

O corte no número de cestas básicas prejudicaria o estabelecimento de sua representatividade política no bairro. Neste caso, para construir representatividade dependia da “parceria” com a Associação. Como comentou outra representante de instituição: “eu ajudo eles e eles me ajudam”. Referia-se à sua aliança com representantes da Associação de Produtores.

Segundo entrevistas realizadas, representantes de associações filmavam e fotografavam os alimentos que chegavam para realizar denúncias. Por essas “questões políticas”, foi afirmado que a Associação de Produtores retirou cestas que eram direcionadas às associações de moradores.

Se representantes de instituições causavam esse problema político, e eram ameaçados pelo “corte”, eles eram acusados de fazer “uso político” das “compras”.

### **AS RETALIAÇÕES E O CLÍMAX**

O clímax da retaliação aconteceu quando um conflito explícito se deu entre um representante de uma instituição, Oliveira, e os dirigentes da Associação de Produtores. Eram membros de agrupamentos que apoiavam candidatos à prefeitura na condição de adversários.

Oliveira me convidou para ver a distribuição das compras do PAA às famílias beneficiárias, em sua casa. Na ocasião da distribuição, o fato que fez culminar o conflito aberto foi justamente o questionamento deste senhor a respeito da forma que as compras estavam sendo entregues.

O trator da Associação trouxe as “compras” para Oliveira distribuir entre os moradores. Ao chegar o trator, Oliveira iniciou reclamações sobre o horário e

observou que o arroz chegou na saca e não em pacotes prontos para a redistribuição entre os beneficiários. Exaltado, questionou como iria fazer para distribuir o arroz. A moça, que estava com a listagem da quantidade de alimentos que deveria ficar na casa de Oliveira, mencionou que o arroz estava indo assim para todas as instituições, a solução seria medir em uma vasilha de um quilo e colocar em uma sacola plástica. Ele afirmou que não receberia os alimentos e que não precisavam nem retirá-los do trator, poderiam retornar. Virou-se e seguiu entrando em sua casa. Diante desta situação, o trator retornou com as “compras” para a Associação de Produtores.

Em meio a discussões entre os participantes da organização local do programa por conta do fato ocorrido, o vice-presidente da Associação, irritado, afirmou que iria ligar para a Conab para cortar Oliveira do programa, já que, segundo ele, Oliveira estaria recebendo 50 bolsas e distribuindo 30 para um político. Além disso, Oliveira não teria cadastro dos beneficiários – lançava, assim, contrarrrumores. Ainda queixou-se de que Oliveira estaria “falando mal” dele e que amedrontava as pessoas.

Depois desta distribuição de alimentos, não permaneci mais no município, não podendo registrar o desenrolar da história: se foi instaurado um processo na justiça contra Oliveira, se ele foi cortado do programa ou se tudo permaneceu como antes.

Enfim, o importante é atestarmos a maneira como os agrupamentos políticos e suas alianças se confrontam cotidianamente por meio de um jogo de acusações e retaliações, a fim de convencer interlocutores sobre as más intenções e as más práticas de seu oponente.

Em meio a todas essas acusações, a diretoria da Associação resolveu realizar uma reunião com os representantes de instituições para esclarecer sua posição e salientar que a nova gestão estaria, gradualmente, direcionando as atividades para sanar os problemas que vinham se acumulando durante a gestão anterior.

Todas as questões levantadas obtiveram alguma resposta e o presidente afirmou que esclareceria as suspeitas de irregularidades. O vice-presidente solicitou que os representantes de instituições informassem sobre as acusações para que pudessem “apurar”. Dessa forma, buscavam transformar os líderes “difíceis de lidar” em “parceiros”, conciliando as intenções de todos. Ao dar participação no poder não haveria tanta necessidade de, difamando, solapar lideranças por questões de ascensão política. Contudo, essa prática conciliadora dificultaria a instituição de sólidos monopólios no local, que podiam terminar sendo substituídos por múltiplos centros de poder em maior equilíbrio de forças.

## **A TROCA INTENSA DE ACUSAÇÕES**

Uma avalanche de acusações, conforme os quatro tipos esboçados aqui demonstraram, recaía sobre os dirigentes do programa. O fato das acusações serem consideradas uma “questão política” retirava delas certo conteúdo considerado verdadeiro. Com isso, a verdade sobre os fatos não é considerada nesta análise e sim o jogo de argumentações entre grupos hostis que se combatem veladamente.

A crença produzida na desqualificação alheia (ou do grupo alheio) e o controle de sua imagem podem gerar a inferioridade social. Quando esta prática é intensa entre adversários com poderes de retaliação mútua, revela-se a instabilidade do poder no cenário estudado. Os estudos sobre fofoca, vistos aqui, nos trouxeram exemplos de lugares em que a desigualdade de poder é mais acentuada. Dessa forma, a fofoca era um instrumento da elite para preservar sua alta posição. Os que estavam em uma condição de inferioridade não detinham poder de articulação para ser hábeis em fofocar. Este é o caso nas localidades de Makah, descrita por Paine, e Winston Parva, descrita por Elias.

No caso visto por mim em Itálva, embora houvesse uma desigualdade de poder, ela não era tão marcada. Com isso, a instabilidade se sobressaiu, na forma de acusações mútuas. Busco novamente o auxílio de Douglas, lembrando suas análises sobre o estabelecimento da autoridade política na África (1966). Para a autora, a ordem (que mantinha os arranjos sociais) e a desordem (que destruía os arranjos sociais) estavam relacionadas a diferentes tipos de poder:

- 1) a ordem se manifestava por meio de poderes exteriores (símbolos, atos, palavras), que eram emitidos de maneira intencional e se relacionavam aos postos de chefia, assim protegiam a sociedade e eram aprovados, pois sustentavam a estrutura social;
- 2) a desordem se manifestava por meio de poderes interiores (mau-olhado, feitiçaria, dons psíquicos), que eram emitidos sem o controle do indivíduo e se relacionavam com os perigosos transgressores, assim punham em perigo a sociedade e eram condenados, pois ameaçavam a estrutura social.

Contudo, onde a autoridade política era fraca, essa divisão era difícil de ser identificada; chefes, por exemplo, podiam exercer poderes inconscientes e ser acusados, portanto, de realizar feitiçaria. Assim, quanto mais os postos estivessem abertos à competição, a legitimidade era mais difícil de se instaurar, de se manter e era sempre reversível (Douglas, 1966:81).

Em analogia, podemos apreciar um contexto itálvense competitivo, com fracas autoridades políticas, em que a instabilidade se fez patente. Os mais marginais em termos de poder eram os que levantavam acusações a despeito de retaliações que pudessem sofrer. As fofocas ou rumores não foram, portanto,

instrumentos da elite, neste caso. Os que detinham maior poder reagiam aos ataques. Este raciocínio faz ainda mais sentido se lembrarmos da afirmação de Herskovits, recuperada por Paine, de que a fofoca é uma forma cautelosa de ataque porque é usada quando alguém não pode arriscar uma abertura e ataque formal (Paine, 1967: 278). Eram cautelosos os que não podiam confrontar abertamente por terem poderes mais fracos, embora em contexto de baixo nível de desigualdade de poder. Confrontavam-se mais secretamente, transmitindo informações boca a boca. As provocações foram aceitas e mereceram algum tipo de revide, já que as imagens estavam em jogo perante a pesquisadora, mas não foram, na maior parte dos casos, desmentidas (antirrumor) e sim contra-atacadas (contrarrumor).

### A POLÍTICA: “NÃO É UM PROGRAMA POLÍTICO, É SOCIAL”

Apesar de constatar como o embate político funcionava na execução do PAA, percebi que alguns interlocutores faziam uma distinção entre “política partidária” e “política social”. Assim, uma moradora afirmou que “Deus criou a política para ser uma coisa boa, mas a política é suja”. Consequentemente, *política* era um termo ambíguo: se “limpa”, podia se referir à “política social”, se “suja”, à “política partidária”.

Como a *política* desagradava, ela podia ser considerada no vocabulário local uma “nojeira” ou “imundície”. Não era exatamente algo nojento ou sujo, mas que provocava repulsa devido ao seu potencial poluidor, pois havia a probabilidade das relações incorporarem maus aspectos, como atos imorais e corruptos. Nessa direção, um pesquisado sentenciou: “vira uma nojeira isso aqui por causa de política”.

Por outro lado, destacando a limpeza ou a moralização, as pessoas se expressavam: “onde eu passo, meu caminho tem que estar limpo” ou “sabia que ia ganhar uma escovada” (escovar no sentido de limpar). A própria afirmação de ter o “nome limpo” se remete a estar longe de irregularidades.

Idealmente, a “política social” parecia estar redimida do conteúdo “político”, era para conter uma atuação limpa e bondosa, e significava uma intervenção do Estado e não um espaço para representação política – partidos, câmaras, vereadores, prefeitos. Na visão de alguns, o PAA foi iniciado com a “idealização” de uma mediadora local, mas “entrou política” durante a sua realização.

O clima de conflito, ódios e mágoas (a guerra política) é que trazia a imagem negativa da *política*:

*Gosta de política, mas não de briga, se vê  
briga vai saindo de perto (Diário de campo).*

*O cara que é amigo desde a infância estranha o amigo, (...) chega a hora de você dizer: rapaz esses caras vão cair no tapa (W.).*

*Na época o programa era bom. O nome veio indicado de Brasília. No princípio, começou a entrar “brigas, política”. X. e Y. arrumaram uma política (M.).*

Portanto, à *política* se associava o termo “briga”, que se intensificava em períodos eleitorais: “em tempo eleitoral a política é grande”. Mas *política* também se associava à “malícia”:

*Os Conselhos eram manipulados por ele. Tinha que saber escolher a equipe, tomava decisões com o coração, a política surgiu. Os políticos começaram a se aproximar para tirar proveito mesmo. A gente via que tinha que ter a política. Não tenho essa malícia de política. (...) é uma jogada política (Z.).*

De certo modo, a “briga” trazia um efeito ruim para a obtenção de conquistas. Como foi dito: “quando as autoridades brigam, quem perde é o povo”. A “briga” trazia o “enguiço”. Enguiço significava interrupção na resolução de problemas, como um carro que enguiça, ele para, não flui. Podia-se dizer que alguém era “enguiçado” ou que alguém nunca “enguiçou” com os vizinhos. Quando algo contrariava também usavam a expressão “pular”, como uma manifestação de desagrado, uma queixa relacionada imaginariamente com um gesto. Por exemplo: “Começaram a cobrar pela usinagem, daí o pessoal pulou”. Em reunião do Conselho Gestor de Microbacias Hidrográficas, ouvi um dos componentes mencionar, contrariado com a decisão, que ia “pular”. Portanto, pular significava reclamar, exaltar-se, ir contra uma decisão. Assim, temos as seguintes associações:

*Política [partidária]: briga, enguiço, pulo, malícia, nojeira*

Todos os termos apresentam aspectos negativos, que fogem de algo que transcorre calmamente, de forma harmônica. Todos são vocábulos que se impregnam de associações conflituosas, que proporcionam más relações sociais. Relações essas tão caras ao universo político eleitoral, para conquistar eleitores ou adeptos.

A *política* em seu sentido social era considerada boa quando pura, ou seja, desde que ela não se misturasse com a “política partidária”. Fazer algo pelo que se considerava “interesse próprio” ou do seu grupo era recriminado nas ações políticas. Contrariamente à partidária, a “política social” se relacionava com o desinteresse. Assim, mencionou um interlocutor: “A política passou, nosso trabalho é um trabalho social. Nunca busquei um tostão, é para sociedade”. O trabalho social se relacionava à filantropia. Nesse sentido, foi enfatizado por uma funcio-

nária da Apae: “Se fizer campanha política é justa causa. É uma instituição filantrópica”. Diferenciações também foram feitas entre o técnico (servidor público) e o político. O técnico, segundo um funcionário da Emater, não está “interessado” no “tempo político” e sim em seu “trabalho” e em seus “projetos”.

Outro elemento associado à “política social” é a “união”:

*Tem que se juntar mais entre si, a união é a coisa mais forte que existe (K.).*

*la ajudar mais os moradores se tivesse mais união. Pretendo enfiar na cabeça do pessoal, que associação é união (L.).*

Por fim, podemos pensar na “política social”, ou na *política* em sua face positiva, como associada ao “entendimento”. O entendimento se referia a uma relação amistosa, geralmente com um superior hierárquico. Foi dito que o prefeito tinha “entendimento” com o governador e, em ato público no local, o vice-governador falou em “entendimento” entre políticos e em ser “amigo” do presidente da república.

Ainda que não esgotando as possibilidades, podemos inferir as seguintes correlações:

*Política [social]: trabalho, entendimento, união, bondade, limpeza*

Os significados dos termos esboçados acima traduzem uma positividade empregada culturalmente. A ideia de “trabalho” carrega um sentido de dignidade, pois se relaciona com a realização de algo e de si, algo construtivo, que insere o ser humano na coletividade. Para isso, emprega-se a faculdade intelectual, a razão criativa. O “entendimento” e a “união” também possuem um conteúdo de sociabilidade, de integração, portanto, de civilização. A “bondade” se refere diretamente à nobreza de alma e à generosidade e amabilidade em relação aos indivíduos com os quais se convive. Enquanto isso, o termo “limpeza” sugere a retirada de sujeira e a libertação de impurezas, tanto materiais quanto morais, facilitando um tratamento aceito como mais honesto. Todos os termos favorecem a comunhão e as boas relações, diferente dos associados à ideia de “política partidária”, que traduzem a desagregação.

Nesse sentido, ao falar de uma *política* voltada para o espaço da disputa representacional, enfatizava-se a “briga” (os desentendimentos, as reclamações e as manipulações). A “questão política” sinalizava todo este ambiente disruptivo, no qual vigoravam “interesses próprios”, tão distinto de onde vigora a preocupação com a coletividade, que marca a “política social” no imaginário dos itaúenses. Quando uma “questão” era “política” nela se envolvia o combate aos

adversários. Combate este que aqui se dava por meio de acusações, muitas vezes sem qualquer materialidade ou fundamento.

### **MEDIADORES POLÍTICOS NA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS PÚBLICOS**

Para analisar a atuação dos mediadores itálvenses, é importante considerar as mudanças ocorridas, nas últimas décadas, no papel do Estado e na organização da participação dos agentes nos assuntos públicos (Neves, 2008: 28). Neste contexto, instituições sociais foram criadas, representantes foram legalmente reconhecidos e programas foram executados tendo como princípio norteador a “cidadania”. As instituições criadas se constituíram em centros redistribuidores de recursos. Com essa mudança histórica, também foram alteradas algumas características dos mediadores políticos, que passaram a participar das esferas de decisão relativas aos programas públicos.

A maior autonomia municipal, reforçada na Constituição de 1988, criou a possibilidade de executar programas e projetos públicos no município tanto por membros da prefeitura quanto por membros das instituições locais. A não obrigatoriedade, por parte do governo municipal, de aderir às propostas de execução de programas públicos pôde abrir espaço para que mediadores que comandavam as demais instituições situadas nos locais se habilitassem a executar os programas. Tal situação gerou recursos aos mediadores locais, que puderam aumentar seu prestígio e poder, muitas vezes em detrimento dos políticos que geriam as prefeituras, tornando o campo político local algo em constante movimento de pessoas. Portanto, a dependência quase absoluta dos moradores em relação às prefeituras pôde diminuir e, assim, as oposições potenciais se capacitaram à concorrência. Essas conclusões foram possibilitadas pelo caso aqui estudado, quando representantes da Associação detinham certa influência política.

Em Itálva, os mediadores exercitavam sua compreensão quanto aos procedimentos vigentes nas relações políticas e burocráticas. Como *mediadores participativos*, estavam voltados para o aprendizado burocrático e a participação na execução de programas e de assuntos públicos. Além disso, buscavam se aliar a pessoas que pudessem oferecer um suporte ou assistência de ordem técnica.

Diante disso, travar relações com agentes de Estado era importante. A busca dos mediadores por estabelecer relações com funcionários de Estado e políticos fez-me enfatizar o termo *aproximação*. Construindo vínculos, o mediador tem como estratégia garantir um nível de proximidade e de continuidade na relação. A continuidade dos laços, evocando um passado, faz com que geralmente tais laços se promovam à condição de amizade. Solidificando-se, a relação passa a ser vista como afastada do interesse calculista e assim é valorizada moralmen-



te. De outro modo, a proximidade forjada entre o mediador e seu interlocutor, pautada em acolhimento mútuo, tenta manter o vínculo, contrapondo-se ao distanciamento, que torna o poder político algo inacessível.

Vínculos, elos, laços, pactos são termos de sentido aproximado e usados no campo acadêmico para falar do fenômeno da mediação, implicando sempre a interação e a proximidade. Consequentemente, o que constitui e sustenta a mediação política, enquanto prática, é a busca por proximidade e continuidade na relação entre as pessoas e, por conseguinte, entre as instituições. Compreendendo que o termo *aproximação* funde esses dois aspectos, remetendo-nos a um processo em que se busca, de forma constante, proximidade e continuidade.

O mediador, ao transitar por diferentes meios, constrói pontes e canais de comunicação (Velho, 2001: 25). É assim que diversos autores, ao falarem em mediação, focalizaram a capacidade comunicativa, a interação entre níveis socioculturais distintos, as interligações, o trânsito e a circulação. Kuschner, por exemplo, afirmou que o mediador teria “capacidade de circular e compreender diferentes códigos e valores, adaptando-os e traduzindo-os para promover a comunicação entre grupos” (2001: 143-144). Portanto, destaca-se, na atuação do mediador, o “pertencimento e participação em múltiplos mundos sociais e níveis de realidade” (Velho, 2001: 20) ou, de outro modo, a “integração do homem a universos de significação específicos” (Neves, 2008: 21).

Reconhece-se, portanto, a existência de universos de significação diferenciados, que precisam interagir em determinados momentos, em especial por meio da atuação de uma pessoa na condição de mediadora. Pelos diversos pertencimentos e consequente capacidade de decifrar diversos códigos culturais, o mediador político torna-se um mediador profissional. Segundo Velho, os políticos são mediadores profissionais, porque têm consciência de sua tarefa mediadora e apresentam projetos de mediação. Por meio desses projetos, atuam prospectivamente, elaborando estratégias de ação e fazendo escolhas num campo de possibilidades (Velho, 2001: 26).

Para Neves, o mediador promove um conjunto de práticas que permitem criar um universo de compreensão sobre as alternativas de interligação (2008: 38). Assim, os mediadores não são meros repetidores dos termos utilizados em universos de significado: “eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar” (1997: 228). De outro modo, incorporam termos dos universos interconectados e também constroem, com os agentes dos universos em relação, outros universos de sentidos e normas.

Em geral, nos processos de interligação realizados por mediadores, as relações podem ser entre eles e os mediados, entre eles e seus pares ou entre eles e representantes do poder público ou privado. A proximidade foi mais estudada em relação aos mediados ou possíveis eleitores, na situação de busca por

construir adesões, enquanto a concorrência entre os pleiteantes por melhores posições mediadoras apareceu, geralmente, como algo secundário na literatura. Em Itávia, a disputa entre mediadores, em grande parte, visava o estabelecimento de vínculos com agentes estatais. A busca por maior *aproximação* com agentes estatais foi também expressa, por pesquisados, pelo uso de outros termos, como: “correr atrás” e “agir” (denotando deslocamentos). Os mediadores disputavam relações com agentes de Estado para que obtivessem recursos públicos<sup>10</sup>.

Embora a categoria nativa *acesso*, enfatizada por Kuschnir (2000), se relacione a uma proximidade com órgãos públicos com o fim de obter recursos e informações, distingue-se da categoria *aproximação*, que adotei para designar este mesmo contato com órgãos públicos. Diferentemente de Kuschnir, analisei como por meio da *aproximação* os mediadores reproduziam ou modificavam as figurações de mediação, já que enfatizei as posições mútuas e o esforço para que fossem ocupadas posições mais proeminentes.

Ao examinar as figurações de mediação, compostas pelas relações de disputa, percebemos que constituir-se enquanto mediador dependia da relação com uma gama de postulantes ao mesmo papel. A disputa, no cenário estudado, foi movimentada pelas alegações referentes à execução do PAA.

No contexto, considerei as possibilidades de manutenção da posição de proeminência dos mediadores políticos. Como manter sua posição em ambiente de disputas pela relação com agentes de Estado? Ao mesmo tempo em que era recomendável evitar “brigas” e “enguiços” com agentes estatais, era preciso manter o controle sobre as opiniões a seu respeito e a respeito de sua condução dos assuntos públicos. O mediador, esboçado neste texto, incorpora as diversas qualidades já descritas na literatura, mas, sobretudo, é “ágil”, atento às oportunidades, burocraticamente orientado, preza relações amistosas e pisa num terreno movediço, permeado por concorrentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembrando a célebre frase de Lowi, “política pública faz política”, pois forma apoios, rejeições e disputas em torno dela (*apud* Souza, 2006:28), enfatizo que os programas públicos não fazem política no sentido de fomentar o início das relações políticas. Mais exato seria dizer que as políticas públicas, na forma dos programas, são implementadas em meio a espaços de mediação, que funcionam como arenas, favorecendo alguns agentes e agrupamentos que já existiam em disputa política. Assim, podemos reelaborar: “política pública potencializa ou redireciona a prática de agentes políticos”.

Como pretendi demonstrar, os mediadores ou coordenadores locais dos programas podem reordenar os contextos sociais sobre os quais intervêm, jun-

**10** Em função dessa busca por *aproximarem-se* de agentes do Estado, correndo em sua direção, almejando ocupar cargos estatais e seguindo as normas formais para travar contato com eles (aceitando a hierarquização), entendi que esses mediadores estavam a favor do Estado. Com esta proposição, faço alusão à obra de Pierre Clastres, *A sociedade contra o Estado*.

tamente com agentes técnicos, que representam os governos, e demais agentes e representantes de instituições envolvidos. No caso do PAA, no município em foco, as acusações funcionavam como meio de regulação do jogo de forças entre os grupos políticos, transformando a execução do programa público não só em uma fonte de recursos como em uma fonte de tropeços, pois executar um programa gerava a vigilância sobre as ações e a expectativa pela má execução. Se esta de fato ocorresse ou as pessoas acreditassem nela, poderia se transformar em uma forma de denigrir seu oponente, retirando dele prestígio.

Tal prática acusatória acarretava uma espécie de guerra psicológica entre os mediadores, que era traduzida como “questão política”. A política, em seu sentido partidário, era qualificada como espaço de “nojeira”, no qual os agentes “brigavam”, “enguiçavam” um com o outro, ou “pulavam” ao se exaltarem com as decisões, sempre utilizando a “malícia” em suas ações. Ao contrário, a política, em seu sentido social, era considerada como “limpa” e proporcionava o “entendimento” e a “união” por meio do “trabalho” e da “bondade”. Assim, a “questão política” se identificava com a atuação na esfera da “política partidária”. Ao alegar que as acusações se referiam às “questões políticas”, aquelas se transformavam numa forma de brigar ou se desentender, quando podiam ser vistas como inverdades lançadas tipicamente em meio às disputas políticas.

Acusações sobre “cortes” mal intencionados, falta de organização, má qualidade dos alimentos ou enriquecimento ilícito movimentavam o jogo de forças entre os grupos. Os golpes no adversário político ressaltam a instabilidade na concentração do poder. Mais do que manter a unidade social, as acusações, por serem regidas por interesses próprios, esgarçavam o tecido social. O conflito, se não era permanente, se tornava agudo em ciclos curtos de tempo, quando cada pretensão mediadora se movimentava para alargar sua influência e subir na escala de poder e prestígio.

A literatura sobre rumores, usada neste texto, corroborou o uso de comentários ou afirmações depreciativas como armas contra rivais políticos. Essas alegações depreciativas receberam o nome de rumores, fofocas e escândalos, dependendo da corrente teórica. Usei majoritariamente o termo acusação pelo emprego realizado em uma situação de meu contexto de pesquisa.

Pontuo algumas conclusões deste estudo:

- 1) A detenção do programa no nível local possui, portanto, duas faces: pode gerar o aumento de poder e pode, com o passar do tempo, gerar o declínio deste mesmo poder, por conta de acusações desfechadas por rivais políticos. As acusações são uma forma de regular os poderes políticos e solapar lideranças, por isso, apesar dos programas públicos proverem o controle dos recursos, também podem ser motivo de diminuição e perda de prestígio ou poder.

- 2) A literatura sobre fofoca, usada neste texto, enfatizou-a como instrumento dos mais altos em *status*, que a usariam para colocar os demais em seus devidos lugares. Neste texto, os comparativamente mais baixos em *status* lançavam acusações a fim de minar o poder dos que lhes eram superiores – diante dos contatos e recursos que controlavam. Isso era possível por uma menor desigualdade de poder entre eles, se relacionarmos com outras realidades. Assim, a instabilidade política reinava. A competitividade aumentava e, em consequência, as autoridades podiam ficar mais enfraquecidas em seus poderes, ocorrendo uma maior rotatividade nas posições de proeminência.
- 3) As eleições consideradas não eram apenas aquelas para escolha de representantes federais, estaduais e municipais. Portanto, as eleições se multiplicam e seus efeitos repercutem de acordo com o poder de influência das instituições e associações que as realizam, fazendo talvez com que a política seja mais permanentemente vivenciada no tempo – ao menos para os que participam dessas associações, em comparação às épocas históricas em que havia maior centralização de poder nos governos.
- 4) Num contexto histórico em que mediadores, vinculados a instituições, podem executar programas públicos, a concorrência política no município tendia a aumentar. Os mediadores aprimoravam seus aprendizados burocráticos e suas relações político-administrativas. Por participarem prescritivamente dos assuntos públicos, chamei-os de *mediadores participativos*. Eles buscavam se *aproximar* dos agentes estatais, o que contribuía para reproduzirem ou alterarem as posições nas figurações de mediação locais. Se em suas representações prezavam por relações amistosas, viam-se em um campo insidioso, construído por concorrentes que, como eles, tentavam aproveitar e criar oportunidades.

Diante disso, a questão é: como construir legitimidade? Lembro que o vice-presidente da Associação pensava em chamar seu oponente nas eleições para ser membro do Conselho Fiscal. Dessa forma, as alianças podem favorecer o estabelecimento do poder de um agrupamento ou sua maior facilidade de governar. Assim, podemos considerar que a partilha do poder o mantém em certas mãos, por determinado tempo. Mas essa prática conciliadora dificulta a constituição de monopólios, que podem ser progressivamente substituídos por diversos centros de poder em maior equilíbrio de forças.

A literatura sobre os rumores nos expõe que a estratégia de espalhá-los é antiga e foi, inclusive, um conselho dado por Maquiavel na obra *O Príncipe*. Nesse sentido, repito que para manter-se numa posição de poder é também preciso controlar as opiniões a seu respeito, pois as verdades são apenas criadas ou construídas na mente das pessoas. Com o embate discursivo demonstrado neste texto, busquei retratar o cotidiano da atividade mediadora durante a execução

do programa público. A mediação apareceu como intensamente disputada entre pretensos mediadores, que instabilizavam o contexto político.

---

**Monique Florencio de Aguiar** é graduada em Ciências Sociais, mestre e doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Autora do livro *A mediação a favor do Estado: disputas entre mediadores políticos pela aproximação com agentes estatais*. Atualmente, é bolsista de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRIN, Philippe

2005 “Rumeurs: Il n’y a pas que la vérité qui compte...”.

*Comprendre LES RUMEURS*, Mensuel, n. 164.

2011 “Rumeurs: Il n’y a pas que la vérité qui compte”. *Science*

*Humaines*. DOSSIER: *Qu’est-ce que la rumeur?*. Disponível

em: [http://www.scienceshumaines.com/index.](http://www.scienceshumaines.com/index.php?lg=fr&id_dossier)

[php?lg=fr&id\\_dossier](http://www.scienceshumaines.com/index.php?lg=fr&id_dossier), acesso em 05 de maio de 2014.

AUYERO, Javier

2005 *La política de los pobres*. Buenos Aires, Manatíal.

BAINILAGO, Louis

2008 “Les Accusation de la sorcellerie au regard de l’anthropologie”.

*Revue Centre-Africaine d’Anthropologie*, n. 2.

BETO, Frei

2004 República Federativa do Brasil. *Cartilha da Mobilização Social do Fome Zero*.

BONHOMME, Julien

2006 “Philippe Aldrin, sociologie politique des rumeurs”. *L’Homme*

– *Revue Française d’Anthropologie*, 180.

BOURDIEU, Pierre

2007 *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil.

2008 *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre, Zouk.

CLASTRES, Pierre

2012 *A sociedade contra o Estado*. São Paulo, Cosac Naify.

DOUGLAS, Mary

1966 *Pureza e perigo*. São Paulo, Perspectiva.

ELIAS, Norbert

2000 *Os estabelecidos e os outsiders – sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FAVRET-SAADA, Jeanne

1977 “Les Mots, la mort, les sorts”. *CAIRN.INFO*, 138. Disponível em: [http://www.cairn.info/article\\_p.php?ID\\_ARTICLE=BISH\\_2009\\_138](http://www.cairn.info/article_p.php?ID_ARTICLE=BISH_2009_138).

GLUCKMAN, Max

1963 “Gossip and Scandal”. *Current Anthropology*, 4:307-316.

HALPERN, Catherine

2004 “Ce que les croyances ont à nous dire”. *Sciences Humaines*, n. 149, mai. Disponível em: [http://www.scienceshumaines.com/articleprint2.php?lg=fr&id\\_article=4052](http://www.scienceshumaines.com/articleprint2.php?lg=fr&id_article=4052), acesso em 9 de jun de 2013.

HAVILAND, J. B.

1977 “A Plea for Gossip”. *Gossip, Reputation and Knowledge in Zinacantan*. Chicago.

KUSCHNIR, Karina

2000 *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

2001 “Trajetória, projeto e mediação na política”. In KUSCHNIR, Karina e VELHO, Gilberto (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora.

MAQUIAVEL, Nicolau

2014 *O príncipe*. Porto Alegre, L&PM.

MENDONÇA, Daniel

2004 “Notas sobre o ‘efeito de presença’ da representação”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 23: 79-87.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

S./d. *Cidadania: o principal ingrediente do Fome Zero*. Livreto.

NEVES, Delma Pessanha

1997 “O processo de assentamento possível: os assentados e os mediadores institucionais”. In \_\_\_\_\_. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis*. Niterói, EDUFF.

2008 *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul.

NICHOLAS, Ralph W.

1979 “Segmentary Factional Political Systems”. In SWARTZ, Marc J.; TURNER, Victor W.; e TUDEN, Arthur (orgs). *Political Anthropology*. Aldine Publishing Company.

PAINE, Robert

1967 “What is Gossip About? An Alternative Hypothesis”. *Man*, 2(2):278-285.

RAINAUDI, Claude

2005 “Rumeurs, anti-rumeur et contre-rumeur: Comment renforcer une rumeur hostile et perdre de l’argent?”. *Libéralisme e democracia: accueil*. Disponível em: <http://liberalisme-democraties-debat-public.com/spip.php?article9>, acesso em 04 de maio de 2014.

SAHLINS, Marshall

2004 “Homem pobre, homem rico, grande-homem, chefe: tipos políticos na Melanésia e na Polinésia”. In *Cultura na prática*. Rio de Janeiro, UFRJ.

SOUZA, Celina

2006 “Políticas públicas: uma revisão da literatura”. *Sociologias* (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16: 20-45.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de e CASTRO, João Paulo Macedo e

2015 “Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s)”. *Revista Antropológicas*, ano 19, 26(2): 17-54.

VELHO, Gilberto

2001 “Biografia, trajetória e mediação”. In KUSCHNIR,  
Karina e VELHO, Gilberto (orgs.). *Mediação, cultura e  
política*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora.

Jornais: *UR-Gente*, janeiro/2004; *UR-Gente*, agosto/2004; *UR-  
Gente*, novembro/2004; *UR-Gente*, maio/2006.

---

Recebido em 21 de setembro de 2016. Aceito em 11 de junho de 2018.